

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)

1

Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (texto final aprovado pelo Senado)	Substitutivo da Câmara dos Deputados (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)
Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados e autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados e seus Conselhos Regionais, e dá outras providências.	Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º A profissão de Conservador-Restaurador de Bens Culturais Móveis e Integrados é de natureza cultural, técnica, científica e de nível superior, e o seu exercício regulamentado por esta Lei.	Art. 1º As profissões de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais são de natureza cultural, técnica e científica.
Parágrafo único. Bem cultural móvel e integrado é aquele que, por seu valor histórico, documental ou artístico, tombado, ou não, deve ser preservado.	Parágrafo único. Bem cultural é aquele que, por seu valor histórico, documental ou artístico, tombado ou não, deve ser preservado.
Art. 2º O exercício da profissão de Conservador-Restaurador, com as atribuições estabelecidas nesta Lei, é permitido exclusivamente:	Art. 2º O exercício da profissão de Conservador-Restaurador de Bens Culturais de nível superior, com as atribuições estabelecidas nesta Lei, é permitido exclusivamente:
I – aos diplomados no Brasil em curso superior em área de concentração de conservação-restauração de bens móveis e integrados, reconhecido na forma da lei;	I – aos diplomados no Brasil em curso superior de conservação-restauração de bens culturais, reconhecido na forma da lei;
II – aos diplomados no exterior em cursos superiores de conservação-restauração de bens móveis e integrados, com diplomas reconhecidos no Brasil, na forma da lei;	II – aos diplomados no exterior em cursos superiores de conservação-restauração de bens culturais, com diplomas revalidados no Brasil, na forma da lei;
III – aos diplomados em cursos de pós-graduação, reconhecidos na forma da lei, observados os seguintes requisitos:	III – aos diplomados em cursos de mestrado ou doutorado, realizados em escolas reconhecidas na forma da lei, observados os seguintes requisitos, cumulativamente:
a) área de concentração em conservação e restauração de bens móveis e integrados;	a) área de concentração em conservação-restauração de bens culturais;
b) elaboração de monografia, dissertação ou tese de doutorado versando sobre a área de conservação-restauração de bens móveis e integrados.	b) elaboração de dissertação ou tese versando sobre a mencionada área;
	c) comprovação de pelo menos 3 (três) anos consecutivos de atividades técnicas e científicas próprias desse campo profissional;
IV – aos diplomados em qualquer curso de nível superior que, na data da publicação desta Lei, comprovem o exercício profissional na atividade de conservação-restauração de bens móveis e integrados há pelo menos 3 (três) anos;	IV – aos diplomados em outros cursos de nível superior que exerçam a profissão comprovadamente há, pelo menos, 5 (cinco) anos, desempenhando atividade técnica e científica de conservação e restauração de bens culturais, na data de aprovação desta Lei;
V – aos diplomados em curso técnico na área de conservação-restauração de bens móveis e integrados, com carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas, reconhecidos na forma da lei;	
VI – aos que, na data da publicação desta Lei,	

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)

2

Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (texto final aprovado pelo Senado)	Substitutivo da Câmara dos Deputados (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)
comprovem no mínimo 5 (cinco) anos de exercício profissional na atividade de conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados.	
	V – aos que tenham concluído cursos de especialização na área de conservação-restauração de bens culturais, reconhecidos na forma da lei, observados os seguintes requisitos:
	a) carga horária mínima exigida pelo Ministério da Educação;
	b) comprovação de exercício de, pelo menos, 4 (quatro) anos em atividades científicas e técnicas próprias do referido campo profissional.
Parágrafo único. No exercício das suas atribuições profissionais, o Conservador-Restaurador reconhecido em quaisquer dos incisos deste artigo não depende de nenhum outro profissional para dar efetividade a suas competências.	
	Art. 3º O exercício da profissão de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais, com as atribuições estabelecidas nesta Lei, é permitido exclusivamente:
	I – aos que tenham concluído curso de nível médio específico em conservação-restauração de bens culturais, de duração mínima exigida pelo Ministério da Educação;
	II – aos diplomados no exterior em curso de nível médio específico em conservação-restauração de bens culturais, cujos diplomas sejam validados no Brasil na forma da lei;
	III – aos que atuam na atividade de conservação e restauração de bens culturais comprovadamente há mais de 5 (cinco) anos e não possuem a escolaridade técnica exigida.
	Parágrafo único. Os profissionais enquadrados na hipótese do inciso III deste artigo receberão carteira provisória para continuar a exercer suas atividades e terão o prazo máximo de 3 (três) anos, após a aprovação desta Lei, para regularizar sua situação por meio da comprovação de terem sido aprovados em curso técnico de conservação-restauração, de duração mínima exigida pelo Ministério da Educação.
	Art. 4º Não será permitido o exercício das profissões de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais aos concluintes de cursos resumidos, simplificados ou intensivos, de férias ou avulsos.
Art. 3º São atribuições da profissão do Conservador-Restaurador:	Art. 5º São atribuições do conservador-restaurador de bens culturais:



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)

3

Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (texto final aprovado pelo Senado)	Substitutivo da Câmara dos Deputados (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)
I – realizar intervenções de conservação-restauração, de maneira direta ou indireta, em bens culturais móveis e integrados ;	I – realizar intervenções de conservação-restauração, de maneira direta ou indireta, em bens culturais;
II – ministrar disciplinas para formação superior ou técnica na área de conservação-restauração, nos seus diversos conteúdos, de acordo com a legislação em vigor ;	II – ministrar disciplinas de Conservação-Restauração de Bens Culturais , nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as prescrições legais ;
III – planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar atividades de conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados ;	III – planejar, organizar, documentar , administrar, dirigir e supervisionar atividades de conservação-restauração de bens culturais;
IV – executar todas as atividades concernentes ao funcionamento da área de conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados ;	IV – atuar como responsável técnico na execução de atividades concernentes ao funcionamento da área de conservação-restauração de bens culturais em instituições públicas e privadas ;
V – realizar exame técnico de conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados , assinar laudos correspondentes e adotar ações para retardar ou prevenir a deterioração ou danos em bens culturais por meio do controle ambiental ou tratamento de sua estrutura;	V – planejar e executar serviços de avaliação e de exame técnico do estado de conservação dos bens culturais;
	VI – elaborar, desenvolver e coordenar projetos, estudos e pesquisas científicas relacionadas à conservação e restauração de acervos culturais;
VI – definir o espaço de guarda e acondicionamento de bens culturais móveis e integrados ;	
VII – embalar e acompanhar o transporte de bens culturais móveis e integrados ;	VII – elaborar, orientar e supervisionar acondicionamentos e acompanhar o transporte de obras de valor histórico e ou artístico ;
	VIII – dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de conservação e de restauração de bens culturais nas instituições governamentais da administração direta e indireta, bem como em entidades da iniciativa privada de idêntica finalidade;
VIII – prestar serviços de consultoria e assessoria na área profissional de que trata esta Lei;	IX – prestar serviços de consultoria e assessoria na área profissional de que trata esta Lei;
IX – orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoas nas áreas de Conservação-Restauração;	X – orientar, supervisionar e executar programas de formação e treinamento, aperfeiçoamento e especialização nas áreas de conservação e restauração;
	XI – planejar e orientar a realização de eventos como seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional e de outras atividades de caráter cultural, técnico e científico, na área de conservação e restauração de bens culturais;
X – integrar equipes de trabalho destinadas a desenvolver atividades de conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados .	XII – integrar equipes de trabalho de instituições públicas e privadas que desenvolvam atividades de conservação-restauração de bens culturais, como



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)

4

Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (texto final aprovado pelo Senado)	Substitutivo da Câmara dos Deputados (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)
	autarquias, organizações não governamentais, museus, fundações e outros.
Parágrafo único. O disposto no inciso II deste artigo aplica-se somente ao Conservador-Restaurador enquadrado nos incisos I, II e III do art. 2º desta Lei.	
	Art. 6º São atribuições do técnico em conservação-restauração de bens culturais:
	I – realizar intervenções de conservação-restauração, de maneira direta e indireta, no bem cultural;
	II – executar as atividades concernentes ao funcionamento da área de conservação-restauração de bens culturais em instituições públicas e privadas;
	III – realizar exame técnico de conservação-restauração de bens culturais, adotando ações para retardar ou prevenir a deterioração ou os danos em bens culturais;
	IV – realizar treinamentos básicos nas áreas de conservação-restauração de bens culturais, desde que compatíveis com sua escolaridade;
	V – auxiliar em eventos como seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional e outras atividades de caráter cultural, técnico e científico, na área de conservação-restauração de bens culturais;
	VI – integrar equipes de trabalho de instituições públicas e privadas que desenvolvam atividades de conservação-restauração de bens culturais, como autarquias, organizações não governamentais, fundações e outros, realizando atividades compatíveis com sua escolaridade.
	Parágrafo único. Todas as atribuições descritas neste artigo serão exercidas sob a supervisão de um conservador-restaurador de bens culturais.
	Art. 7º Constituem deveres e responsabilidades dos conservadores-restauradores de bens culturais e dos técnicos em conservação-restauração de bens culturais, ficando estes sob a supervisão daqueles:
	I – orientar-se pelo absoluto respeito ao valor e significado estético e histórico, bem como à integridade física dos bens culturais que lhes estejam afetos;
	II – assumir trabalhos que possam realizar com segurança, dentro dos limites de seus conhecimentos e dos equipamentos de que dispõem, a fim de não causar danos aos bens culturais, ao meio ambiente ou aos seres humanos;
	III – sempre que for necessário ou adequado,



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)

5

Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (texto final aprovado pelo Senado)	Substitutivo da Câmara dos Deputados (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)
	consultar especialistas de qualquer das atividades que lhes complementem a atuação, envolvendo-os em ampla troca de informações;
	IV – em qualquer situação de emergência em que um bem cultural esteja em perigo iminente, prestar toda a assistência possível, independentemente de sua área de especialização;
	V – levar em consideração todos os aspectos relativos à conservação preventiva antes de intervir em quaisquer bens culturais e restringir-se apenas ao tratamento necessário;
	VI – em colaboração com outros profissionais relacionados com a salvaguarda dos bens culturais, levar em consideração a utilização econômica e social dos bens culturais, como salvaguarda desses mesmos bens;
	VII – envidar esforços para atingir o máximo de qualidade de serviço, recomendando e executando aquilo que julgar ser o melhor no interesse do bem cultural, independentemente de sua opinião sobre o valor ou qualidade deste, e sempre de acordo com o princípio do respeito e da mínima intervenção possível;
	VIII – realizar intervenções que permitam, no futuro, outras opções e/ou futuros tratamentos, não devendo, sempre que possível, a forma de utilização e os materiais aplicados interferir em futuros diagnósticos, tratamentos ou análises;
	IX – utilizar materiais compatíveis com aqueles de que são constituídos os bens culturais, evitando produtos e materiais que ponham em risco a integridade da obra;
	X – abster-se de remover materiais originais ou acrescentados dos bens culturais, a não ser que seja estritamente indispensável para a sua preservação, ou que eles interfiram em seu valor histórico ou estético;
	XI – na compensação de acidentes ou perdas, abster-se de encobrir ou modificar o que subsistir do original, de modo a não alterar suas características e condições físicas após o evento;
	XII – manter-se atualizado frente ao progresso, às pesquisas e às inovações desenvolvidas em seu campo de trabalho, bem como buscar constantemente o aprimoramento profissional.
Art. 4º Para o exercício da atividade de Conservador-Restaurador, inclusive como autônomo, é obrigatória a qualificação de Conservador-Restaurador, nos termos definidos nesta Lei.	Art. 8º Para o exercício das atividades de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais, inclusive como autônomo, é obrigatória a qualificação de conservador-restaurador de bens



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)

6

Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (texto final aprovado pelo Senado)	Substitutivo da Câmara dos Deputados (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)
	culturais ou de técnico em conservação-restauração de bens culturais, nos termos definidos nesta Lei.
Art. 5º É o Poder Executivo, na forma desta Lei, autorizado a criar o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONFECOR) e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados (CONCOR), órgãos de registro profissional e de fiscalização do exercício da profissão.	
Art. 6º O CONFECOR terá sua sede em Brasília, no Distrito Federal.	
Art. 7º A estrutura e a composição dos CONCOR serão estabelecidas pelo CONFECOR, de forma semelhante à estabelecida por esta Lei para a sua organização.	
Parágrafo único. O CONFECOR promoverá a instalação de tantos CONCOR quantos forem julgados necessários, determinando a localização das sedes e fixando a jurisdição territorial.	
Art. 8º O CONFECOR será constituído de conservadores-restauradores, brasileiros natos ou naturalizados, e obedecerá à seguinte composição:	
I – seis membros efetivos eleitos em assembléia constituída por delegados eleitorais dos conselhos regionais, que elegerão o presidente entre os eleitos;	
II – seis suplentes, eleitos juntamente com os membros efetivos.	
Art. 9º A assembléia para a escolha dos 6 (seis) primeiros conselheiros efetivos e dos 6 (seis) primeiros conselheiros suplentes do CONFECOR, será presidida por representante do Ministério da Cultura e será realizada no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da vigência desta Lei.	
§ 1º A assembléia de que trata este artigo será constituída de delegados-eleitores, representantes das associações de classe de Conservadores-Restauradores e das escolas superiores desta área, eleitos em assembléias das respectivas instituições em votação secreta, observadas as formalidades estabelecidas para a escolha de suas diretorias ou órgãos dirigentes.	
§ 2º Cada associação de Conservadores-Restauradores indicará um delegado-eleitor, que deverá ser, obrigatoriamente, sócio efetivo e no pleno gozo de seus direitos sociais, qualificado a exercer a profissão nos termos do art. 2º desta Lei.	
§ 3º Cada escola ou curso superior ou técnico de Conservação-Restauração, reconhecidas na forma	

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)

7

Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (texto final aprovado pelo Senado)	Substitutivo da Câmara dos Deputados (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)
da lei, se fará representar por um delegado-eleitor, professor em exercício, eleito pelo respectivo corpo docente.	
§ 4º Só poderá ser eleito, na assembléia a que se refere este artigo, para exercer o mandato de conselheiro do CONFECOR, o profissional que preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I, II ou III do art. 2º desta Lei.	
§ 5º As associações de Conservação-Restauração, para usufruírem o direito de representação na assembléia a que se refere este artigo, deverão comprovar, pelo menos, 2 (dois) anos de existência.	
Art. 10. Os conselheiros federais efetivos do CONFECOR, eleitos na forma do art. 9º, elegerão o primeiro presidente.	
Art. 11. Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, após a sua instalação, o CONFECOR expedirá os atos necessários à estruturação e composição dos CONCOR, e tomará as providências indispensáveis à eleição dos Conselheiros Regionais.	
Art. 12. O CONFECOR tem por finalidade orientar, supervisionar e disciplinar o exercício da profissão de Conservador-Restaurador, em todo o território nacional, na forma da lei.	
Art. 13. Compete ao CONFECOR:	
I – avaliar os profissionais em atividade no Brasil para os fins do reconhecimento do tempo de exercício profissional de que trata o art. 2º desta Lei, quando for o caso;	
II – registrar os profissionais de que trata esta Lei e expedir a carteira profissional, mediante cobrança da respectiva taxa a ser fixada em Resolução;	
III – fiscalizar o exercício da profissão de Conservador-Restaurador, punindo as infrações na forma do seu Regimento, bem como enviando às autoridades competentes relatórios documentados sobre fatos que apurarem e cuja solução não seja de sua alçada;	
IV – aprovar o Código de Ética e o Regimento do Conselho Federal;	
V – organizar os CONCOR, fixando-lhes a estrutura, composição, a jurisdição e a forma de eleição de seus membros;	
VI – examinar e aprovar os Regimentos Internos dos CONCOR, podendo modificá-los no que for necessário, a fim de manter a unidade de ação coletiva;	
VII – julgar, em grau de recurso, as deliberações dos CONCOR;	

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)

8

Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (texto final aprovado pelo Senado)	Substitutivo da Câmara dos Deputados (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)
VIII – tomar conhecimento de dúvidas suscitadas pelos CONCOR e dirimi-las;	
IX – adotar as providências necessárias para manter uniforme a orientação emitida pelos CONCOR em todo o país;	
X – publicar relatório anual de seus trabalhos e, semestralmente, a relação de todos os profissionais registrados;	
XI – expedir resoluções visando à fiel execução desta Lei;	
XII – propor ao governo federal as modificações necessárias para aprimorar a legislação referente ao exercício da profissão de Conservador-Restaurador;	
XIII – opinar sobre questões oriundas do exercício de atividades relacionadas com a profissão do Conservador-Restaurador;	
XIV – convocar e realizar, periodicamente, reunião de conselheiros federais, para estudar, debater e orientar assuntos referentes à profissão;	
XV – orientar e supervisionar o exercício da profissão do Conservador-Restaurador;	
XVI – propor as anuidades e taxas a serem fixadas na forma da lei.	
Art. 14. É obrigatória a citação do número de registro de Conservador-Restaurador no CONFECOR, no ato da assinatura de qualquer trabalho relacionado com as atividades previstas nesta Lei.	
	Art. 9º Será exigida a comprovação da condição de conservador-restaurador de bens culturais e de técnico em conservação-restauração de bens culturais na assinatura de contrato, termo de posse e desempenho de quaisquer funções a ela inerentes.
Art. 15. Os profissionais a que se refere esta Lei somente poderão exercer legalmente a profissão após prévio registro no CONFECOR.	Art. 10. O exercício das profissões de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais requer registro em órgão federal competente mediante apresentação de:
	I – documento comprobatório da conclusão dos cursos previstos no art. 2º, para o conservador-restaurador de bens culturais, ou no art. 3º, para o técnico em conservação-restauração de bens culturais;
	II – Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
Art. 16. Ao profissional devidamente registrado será fornecida, pelo CONFECOR, a carteira de	

Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)

9

Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (texto final aprovado pelo Senado)	Substitutivo da Câmara dos Deputados (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)
identidade profissional, da qual constarão:	
I – nome por extenso do profissional;	
II – filiação;	
III – nacionalidade;	
IV – data do nascimento;	
V – estado civil;	
VI – número de registro no CONFECOR;	
VII – fotografia de frente;	
VIII – assinatura do Presidente do CONFECOR;	
IX – assinatura do profissional;	
X – data de expedição;	
XI – data de validade.	
Parágrafo único. A expedição da carteira de identidade profissional será sujeita ao pagamento da taxa fixada pelo Regimento Interno.	
Art. 17. A carteira de registro é o documento oficial para fins de exercício profissional e tem fé pública em todo o território nacional para fins de carteira de identidade.	
Art. 18. O profissional referido nesta Lei ficará obrigado a pagar uma anuidade ao respectivo CONCOR, cujo valor será fixado em Resolução pelo CONFECOR.	
Parágrafo único. A anuidade de que trata este artigo deverá ser paga na sede do CONCOR a que estiver sujeito o profissional, até 31 de março de cada ano, excetuando-se a primeira anuidade que será paga no ato da inscrição ou do registro.	
Art. 19. A falta do competente registro no CONFECOR torna ilegal o exercício da profissão de Conservador-Restaurador.	
Art. 20. As penalidades previstas nesta Lei serão estabelecidas no Regimento Interno e serão aplicadas pelo CONFECOR.	
Art. 21. Os Conservadores-Restauradores em exercício profissional terão prazo de 2 (dois) anos para o registro perante o CONFECOR, que decidirá sobre o enquadramento profissional ou não dos requerentes.	
Art. 22. Os mandatos dos membros do CONFECOR e dos CONCOR serão de 3 (três) anos, permitida uma reeleição.	
Art. 23. Serão obrigatoriamente registrados no CONFECOR as empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades técnicas do Conservação-Restauração, nos termos desta Lei.	
Art. 24. O Presidente da República regulamentará	



Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 370, 10 de 2007 (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)

Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007 (texto final aprovado pelo Senado)	Substitutivo da Câmara dos Deputados (nº 4.042, de 2008, na Câmara dos Deputados)
esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.	
Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.